



LEGISLATIVO
Senado aprova
a Lei de número
15.000



JUDICIÁRIO
Escolas cívico-militares
vão a julgamento

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

3 PODERES

EXECUTIVO, LEGISLATIVO & JUDICIÁRIO

Brasil

ANO XXVIII
EDIÇÃO Nº 10
OUTUBRO/2024



BRICS Pay

Uma nova e revolucionária
ordem econômica mundial?



NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
ANDRÉ NAVES, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, OSCAR WALPARTO, PAULO ROBERTO NETTO, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA CNJ DE NOTÍCIAS, COLABORA, SECOM-PR.

FOTOS
ANDRESSA ANHOLETE, MARCOS OLIVEIRA, RICARDO STUCKERT, ROBERTA ALINE, WALDEMIR BARRETO, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA TSE, AGÊNCIA SENADO, SECOM-PR, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CNJ, AGÊNCIA SENADO, ASSESSORIA STF, ASSESSORIA TSE, ASSESSORIA MPF, ASSESSORIA TCU, SECOM-PR.

RDM 3 PODERES BRASIL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170
(65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNNEN GALITZKI

A REVISTA RDM 3 PODERES BRASIL É UMA PUBLICAÇÃO

Uma nova e revolucionária ordem econômica mundial

A cúpula dos BRICS ocorrida nos dias 23 e 24 de outubro na Rússia promoveu um avanço revolucionário na nova ordem mundial. Esta é a análise do jornalista Pedro Paulo Rezende, especialista em geopolítica internacional, o entrevistado desta edição. Em sua conversa com o repórter Humberto Azevedo, Rezende concentra suas análises no virtual surgimento do chamado BRICS Pay, que permite aos países mais uma alternativa de comércio mundial com a possibilidade de negociação com moedas dos países, utilizando como indexador a moeda digital dos BRICS.

Pedro Paulo Rezende enfatiza que tanto os BRICS quanto a sua moeda não aparecem em confronto com Estados Unidos e União Europeia, que lideram o atual modelo de comercialização, o Swift, mas como mais uma alternativa de negociação. Os BRICS, aliás, ao contrário de algumas desinformações intencionais na tentativa de ideologizar o contexto, têm tão somente motivação econômica, nunca política e, muito menos, militar.

Assim, também salienta ele, os BRICS reúnem países sob qualquer orientação política e ideológica, não interferindo, não impondo a sua cartilha àqueles que os aderem. Este formato de aliança econômica, agregado à possibilidade de novo modelo de comércio internacional, é que torna a iniciativa revolucionária, conforme o nosso entrevistado.

Boa leitura.



João Orozimbo Negrão

Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias

SUMÁRIO

www.3poderesmatogrosso.com.br

OUTUBRO DE 2024 | EDIÇÃO 10



CAPA:
BRICS Pay
Uma nova e revolucionária ordem econômica mundial?

03 | OPINIÃO | André Naves

04 | BASTIDORES DA REPÚBLICA

João Pedro Marques

06 | ENTREVISTA | Pedro Paulo Rezende

12 | EXECUTIVO - BOLSA FAMÍLIA

14 | EXECUTIVO - SAÚDE ESCOLA

18 | LEGISLATIVO - LEI 15.000

22 | JUDICIÁRIO - ESCOLAS MILITARES

26 | JUDICIÁRIO - 150 ANOS

28 | ELEIÇÕES - DIVERSIDADE



Responsabilidade fiscal preventiva

*André Naves é defensor público federal, escritor e professor (@andrenaves.def)

A discussão sobre investimentos públicos e dívida pública é pauta recorrente nos debates sobre economia e desenvolvimento. Contudo, por vezes, o foco exagerado no curto prazo leva à análise simplista dos números da dívida pública, sem levar em consideração o impacto que os investimentos orientados ao desenvolvimento humano e à melhoria das condições sociais e institucionais têm a longo prazo.

É fundamental que o planejamento público se descole da tentação de concentrar-se exclusivamente nos dados momentâneos da dívida e adote uma visão estratégica de longo prazo. A análise econômica que privilegia unicamente o tamanho da dívida no presente desconsidera o efeito transformador de certos investimentos, que, ao reduzir as desigualdades e a conflitualidade social, criam condições para o desenvolvimento econômico sustentável, com impacto direto na estabilidade fiscal.

Investir em políticas públicas para a efetivação dos direitos humanos, por exemplo, resulta, no longo prazo, em menos desigualdade, mais coesão social e significativa redução dos conflitos e tensões. São estabilizadores da dívida pública, pois diminuem a pressão por gastos emergenciais em áreas como segurança pública e sistemas de saúde sobrecarregados. Em vez de gastar recursos excessivos em medidas reativas, como o aumento da repressão ou o atendimento de crises sanitárias, o governo pode concentrar esforços em políticas preventivas.

Um exemplo notável é o investimento em educação. Quando se destina verbas adequadas para a melhoria do sistema educacional, os efeitos a longo prazo são palpáveis: trabalhadores mais qualificados geram maior produtividade, o que impulsiona a

economia e, por consequência, as receitas públicas. A longo prazo, isso fortalece as bases fiscais do país e melhora a sustentabilidade da dívida.

Investir em infraestrutura urbana, como iluminação pública, limpeza e manutenção de espaços, também é uma forma de economizar em longo prazo. Cidades bem cuidadas, com boa infraestrutura e políticas urbanas voltadas ao bem-estar dos cidadãos, têm menos criminalidade, evitando aumento de gastos com repressão, presídios e mais forças de segurança.

Outro exemplo importante é o investimento em políticas ambientais e de adaptação climática. Os desastres naturais e as mudanças climáticas geram um impacto financeiro gigantesco, tanto na reconstrução de áreas afetadas quanto nas indenizações às vítimas. Políticas preventivas, como medidas de preservação ambiental e a adaptação

A educação tem impacto relevante: ela aprimora as instituições públicas, tornando-as mais eficientes, e fortalece a qualidade política dos governos, o que, por sua vez, reduz a corrupção e o desperdício de recursos. Políticos mais bem preparados e instituições mais robustas gastam melhor e de forma mais criteriosa.

de infraestruturas para lidar com os novos desafios climáticos, economizam bilhões de reais no futuro. Essas medidas, além de promoverem sustentabilidade e justiça social, têm impacto direto na saúde fiscal do país.

Portanto, os investimentos públicos feitos de maneira criteriosa, com eficiência e planejamento de longo prazo, são estabilizadores da dívida pública e alinhados à responsabilidade fiscal. A visão imediatista que se apegua apenas ao tamanho atual da dívida ignora os efeitos de longo prazo de políticas públicas.

O caminho para a estabilidade fiscal não é cortar gastos de maneira indiscriminada, mas saber onde e como investir para gerar um ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento. Um planejamento de longo prazo bem-feito não só estabiliza a dívida pública, como também eleva a qualidade de vida da população, promovendo um futuro mais justo e equilibrado para todos.

Turismo estrangeiro no Brasil cresce 26,4% em setembro, diz Embratur

O Brasil registrou a entrada de 445.389 turistas estrangeiros em setembro deste ano, um aumento de 26,4% em comparação ao mesmo mês do ano passado, de acordo com dados da Embratur. Esse foi o melhor resultado para o mês de setembro desde o início da série histórica em 1989. No acumulado do ano, o número de turistas internacionais que chegaram ao Brasil totaliza 4.897.671, um aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2023. No entanto, o total ainda está abaixo dos resultados obtidos entre 2016 e 2018. A Argentina segue sendo o principal emissor de turistas para o Brasil, com mais de 1,4 milhão de visitantes em 2024. Em segundo lugar estão os Estados Unidos, com mais de 518 mil visitantes, seguido pelo Chile, com 454.225. França, Portugal, Alemanha, Reino Unido, Itália e Espanha, juntos, enviaram 741.614 turistas.



Divulgação

Setecentos municípios não cumpriram a cota de gênero nas eleições 2024

Um levantamento do Observatório Nacional da Mulher na Política, da Câmara dos Deputados, revelou que, nas eleições deste ano, os partidos políticos deixaram de cumprir a cota mínima de candidaturas femininas em 700 municípios. De acordo com a legislação, cada partido deve garantir que pelo menos 30% das candidaturas para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras de vereadores sejam de mulheres.



Divulgação

Equipe da Fazenda prepara pacote de corte de despesas

O governo federal está preparando um "pacote relevante" de medidas de revisão de despesas, que deverá ser apresentado até o final deste ano. De acordo com uma fonte da equipe econômica, as mudanças propostas têm o objetivo de garantir que o Brasil alcance o tão almejado grau de investimento. Para viabilizar a implementação dessas medidas, o governo busca construir um pacto com o Legislativo e o Judiciário, assegurando a blindagem política necessária. A estratégia do Ministério da Fazenda é tratar essas propostas de revisão de gastos como uma política de Estado, ou seja, um conjunto de ações a serem adotadas de maneira perene, independentemente de quem esteja à frente do governo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já havia antecipado essa intenção durante um evento promovido pelo banco Itaú, quando afirmou que a revisão de despesas seria apresentada ao Congresso antes de qualquer alteração no Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF). Embora Haddad não tenha detalhado quais serão as mudanças específicas, indicou que as despesas serão analisadas em função de sua compatibilidade com o novo arcabouço fiscal.



Divulgação



Haddad diz que Brasil está pronto para recuperar o grau de investimento

O Brasil mantém-se firme em uma rota bem-sucedida de ajustes, dentro de um processo capaz de recuperar o patamar de “grau de investimento” do país até 2026, apontou o ministro da Fazenda, **Fernando Haddad**. Do ponto de vista econômico, o novo Arcabouço Fiscal é o lastro para esse caminho, com parâmetros claros e saudáveis sobre a evolução de receitas e despesas, mirando no permanente equilíbrio das contas públicas. “Se defendermos a arquitetura do arcabouço, vamos chegar ao grau de investimento”, disse Haddad.



Divulgação

Sancionada a lei que cria Dia Nacional da Música Gospel

O presidente Lula sancionou o projeto de lei que cria o Dia Nacional da Música Gospel, a ser celebrado em 9 de junho. A data faz referência ao nascimento de Frida Maria Strandberg Vingren, missionária e escritora ligada à Assembleia de Deus, uma das maiores denominações evangélicas do país. Durante a cerimônia, Lula assistiu a uma apresentação de música gospel, com a presença do deputado Otoni de Paula (MDB-RJ), representante da bancada evangélica. A proposta (PL 3090/2023), de autoria do deputado Raimundo Santos (PSD-PA), teve parecer favorável de figuras proeminentes da política evangélica, como o senador Marcos Rogério (PL-RO) e os deputados Marco Feliciano (PL-SP) e Laura Carneiro (PSD-RJ). Este é mais um gesto de Lula para tentar se aproximar do público evangélico, setor no qual enfrenta baixa aprovação.



Divulgação

DITO & FEITO

“Vamos provavelmente reestimar o PIB para o ano – que deve, pela força com que ele vem se desenvolvendo, superar 2,7% ou 2,8%. Há instituições que já estão projetando um PIB superior a 3%.”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

“A situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam com uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Sem uma revisão urgente nos gastos públicos, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos impostos, comprometendo sua capacidade de competir e crescer.”

Trecho de nota da **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo** (CNC)

“A China, com suas reformas econômicas e inovações tecnológicas, transformou-se em uma nação forte, tirando milhões de pessoas da pobreza e contribuindo para o crescimento e a estabilidade mundial. Brasil e China são não apenas amigos, mas parceiros estratégicos. Estamos unidos na promoção da paz, da estabilidade e da prosperidade global”.

Dilma Rousseff, ex-presidente do Brasil e atual presidente do Novo Banco de Desenvolvimento



Divulgação

BRICS Pay surge como alternativa ao comércio mundial

De acordo com o jornalista Pedro Paulo Rezende, que é também consultor de assuntos militares, “a gente vai começar a negociar com moedas de outros países, utilizando como indexador a moeda do BRICS”

Por **Humberto Azevedo**

O jornalista Pedro Paulo Rezende afirmou, em entrevista à revista 3 Poderes Brasil, que o “BRICS Pay” - modalidade de integração dos pagamentos bancários e financeiros realizados no âmbito do comércio mundial - surge como uma grande alternativa à “Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication” (SWIFT), que atualmente concentra 100% de todas as transações comerciais realizadas no planeta.

Na visão de Rezende, que é também consultor de assuntos militares, “a gente vai começar a negociar com moedas de outros países, utilizando como indexador a moeda do BRICS”. Segundo ele, de imediato 159 países do planeta já aderiram a nova plataforma de compensação de pagamento que vai permitir, por exemplo, que empresas brasileiras, ao negociarem com representações comerciais da Índia, não utilizem mais a moeda norte-americana (dólar). Tudo será feito em moeda local, no caso, o Real brasileiro e a Rúpia indiana.

O especialista explica que isso vai acontecer quando o empresário utilizar o sistema de pagamentos de moeda do BRICS, por meio de uma moeda virtual, ele com os seus reais vai efetuar o paga-

“Todas as importações que a gente faz com dólar, nós vamos começar a fazer com outras moedas. É o próximo passo. A administração atual do Banco Central não permite isso, só compra e vende em dólar”

mento em rúpia para concretizar a compra e finalizar o negócio.

“A gente vai começar a negociar com moedas de outros países, utilizando como indexador a moeda do BRICS. Ou seja, por enquanto a gente está atrelado ao dólar. Eu acredito que isso vai mudar na próxima administração do Banco Central, que como todos nós sabemos, ela é completamente independente”, comentou.

Atuando também como consultor de negócios para empresas que querem estreitar relações com os países do sul global, Pedro Paulo Rezende construiu sua carreira jornalística no Correio Brasileiro, onde cobria pautas de assuntos internacionais e cultura. No Correio foi ainda crítico de artes cênicas e de artes plásticas.

Desde 2020 mantém o site “Arsenal, Geopolítica e Defesa”, onde publica análises, comentários e informações sobre temas ligados a assuntos militares e de geopolítica.

“Existe uma confusão no papel do BRICS. Primeiro que, dentro da associação BRICS, que atualmente são dez países, vão se agregar, provavelmente, mais cinco ou seis países. É o que se chama agora de BRICS Plus. Este é o núcleo duro do BRICS. São realmente os sócios do bloco. Os outros países vão usufruir de serviços do BRICS. Eles não vão se filiar



A vereadora eleita será uma das representantes da Miraita na Câmara Municipal de Cuiabá

imediatamente ao BRICS”, complementou.

“Ou seja, de 159 países, dez vão se agregar ao bloco. O restante vai usufruir dos serviços oferecidos por esse bloco. Não é uma adesão imediata de 159 países. Eu acho que ninguém conseguiria administrar isso tudo. Primeiro passo, qual é? É utilizar o sistema de pagamentos de moeda pelo BRICS, que é uma moeda virtual. Você não vai ter essa moeda física. É o sistema de intercâmbio financeiro do BRICS, que equivale ao SWIFT utilizado atualmente pelo Ocidente”, completou.

Abaixo, a entrevista:

3 Poderes Brasil: Tivemos o encontro de cúpula dos BRICS, dos dias 22 a 24 de outubro. Como analisa esse encontro dentro do cenário global de guerras que nós estamos tendo, além da Ucrânia, esses conflitos no Oriente Médio, que cada vez mais vão se escalando?

Pedro Paulo Rezende: Temos que lembrar que o BRICS é um bloco de cooperação econômica, não é um bloco militar. Também não é um bloco político fechado. A grande beleza do BRICS é que ele é um grande guarda-chuva. Você tem praticamente todos os modelos de governo dentro dele, todos os modelos ideológicos. Ou seja, do ponto de vista de conflito, a influência vai ser muito pequena. O BRICS promete ser revolucionário num outro sentido. Promete ser revolucionário a partir do momento que ele vai criar uma alternativa aos sistemas internacionais de pagamento por meio de uma moeda comum. E, por outro lado, um sistema alternativo ao Swift, que é o Sistema internacional de trocas financeiras.

Por que é revolucionário?

Pedro Paulo Rezende: Isso é uma coisa que altera o balanço global. Um exemplo. Cuba, durante a Covid, sofreu uma situação terrível, porque queria comprar insumos para remédios, queria comprar equipamentos hospitalares e não podia. Ela queria comprar alimentos também e não podia, porque o Trump alijou Cuba do Swift da mesma maneira que Trump alijou a Venezuela do Swift. Todo mundo reclama. Ah, 8 milhões de venezuelanos fugiram. Estavam completamente isolados financeiramente do mundo. É a mesma coisa que eu chegar na tua conta bancária e impedir que você tenha acesso a qualquer aspecto de uso dela, que você não possa usar o Pix, que você não possa usar o cartão de débito, o cartão de crédito, o cheque. Ou seja, no caso da Venezuela ainda foi pior, porque pegaram tudo



“A grande beleza do BRICS é que ele é um grande guarda-chuva. Você tem praticamente todos os modelos de governo dentro dele, todos os modelos ideológicos dentro dele”

isso que estava depositado nos bancos do exterior, embargaram e começaram a usar contra a própria Venezuela, inclusive para armar ações contra o governo do [presidente venezuelano, Nicolás] Maduro. Então, o que acontece agora? Ah, eu não consigo passar dinheiro pelo Swift, vou utilizar o novo sistema do BRICS, que começa com 159 países. Dá para ver claramente que é um anseio internacional.

Ninguém aguenta mais a insegurança do sistema financeiro comandado pelo Ocidente. Nesse momento, o sistema comandado pelo Ocidente tem 350 bilhões de dólares que pertencem à Rússia, que foram embargados em função da guerra em Donbass [região do conflito na Ucrânia]. Ou seja, nenhum país tem mais segurança de guardar reservas de ouro em Londres, por exemplo. A Venezuela está com toda a reserva dela, de 33 toneladas de ouro, embargada em Londres. E é engraçado que a militância não consegue perceber isso. A militância gostaria que o BRICS criasse um sistema paralelo ao



sistema criado depois da Segunda Guerra Mundial, que era o de Bretton Woods, que formou o FMI [Fundo Monetário Internacional], formou o Banco Mundial. Aí dizem, não, é insuficiente. Como é insuficiente? Tem um banco de financiamento e um sistema de trocas comerciais completamente novo, alternativo ao que existia atualmente.

3 Poderes Brasil: O BRICS estaria caminhando para se tornar, a longo prazo, um fórum que substituiria as Nações Unidas?

Pedro Paulo Rezende: Não! O BRICS é alternativo ao sistema econômico global. Ele não veio para derrubar o sistema econômico atual. A gente tem que deixar muito claro isso. O BRICS não veio para substituir o FMI e o Banco Mundial. Não é para isso. O BRICS veio como uma alternativa aos sistemas de pagamento atual e como um grande criador de polos de desenvolvimento, por meio de iniciativas como a da China, de um

“ Um sistema alternativo ao Swift é revolucionário mesmo. Uma coisa que altera o balanço global (...) Ah, eu não consigo passar dinheiro pelo Swift, vou utilizar o novo sistema do BRICS, que começa com 159 países. Dá para ver claramente que é um anseio internacional”

cinturão, uma rota, que financia infraestrutura por todos os continentes. Então, é uma coisa revolucionária. Não é para destruir o sistema econômico atual, que continuará existindo.

Existe uma confusão no papel do BRICS. Primeiro que, dentro da associação BRICS, que atualmente são dez países, vão se agregar, provavelmente, mais cinco ou seis países. É o que se chama agora de BRICS Plus. Este é o núcleo duro do BRICS. São realmente os sócios do bloco. Os outros 159 países vão usufruir de serviços do BRICS. Eles não vão se filiar imediatamente. Eu acho que ninguém conseguiria administrar isso tudo. Primeiro passo, qual é? É utilizar o sistema de pagamentos de moeda pelo BRICS, que é uma moeda virtual. Você não vai ter essa moeda física. E o sistema de intercâmbio financeiro do BRICS, que equivale ao Swift utilizado atualmente pelo Ocidente. Ou seja, é um processo diferenciado. Não dá para confundir uma coisa com outra.

3 Poderes Brasil: Neste contexto, comente sobre a situação do dólar.

Pedro Paulo Rezende: Em termos globais, você tem um país de um lado com uma dívida de 31 trilhões de dólares. Um governo que não consegue um superávit desde a época do Clinton. A gente viu o quanto longe vem essa balança comercial desfavorável nos Estados Unidos. E do outro lado você tem um país, um grupo de países até, com superávit e com o governo com contas controladas. Todos os países do BRICS têm as contas certinhas, o superávit fiscal. Até nós estamos ali no equilíbrio, mas estamos com o superávit fiscal. A questão do dólar no Brasil é muito mais especulativa do que real. A gente tem um comércio superavitário em dólar. Nós recebemos mais dólares do que gastamos. Agora, o Banco Central não quer utilizar a reserva para forçar uma baixa na moeda estrangeira. Aí você vai falar, 'mas todas as importações que a gente faz com dólar, nós vamos começar a fazer com outras moedas'. É o próximo passo. A administração atual do Banco Central não permite isso, só compra e vende em dólar. Com o [Gabriel] Galípolo [futuro presidente do Banco Central a partir de 2025], isso deve mudar. A gente vai começar a negociar com moedas de outros países, utilizando como indexador a moeda do BRICS.

3 Poderes Brasil: O presidente chinês, Xi Jinping, declarou semanas atrás que o mundo seria tocado por dois blocos econômicos, o BRICS e o OCX. Poderia



Líderes dos BRICS, Narendra Modi, primeiro-ministro da Índia, Vladimir Putin, presidente da Índia e Xi Jinping, Presidente da República Popular da China



abordar essa questão?

Pedro Paulo Rezende: O OCX é o sistema ocidental, bancado pelos Estados Unidos e pela União Europeia, e por aliados como o Japão e a Austrália, dois países que são, de certa forma, praticamente apêndices dos Estados Unidos. Eu acho que o que vai acontecer é que a maioria dos países vai tentar aproveitar as vantagens oferecidas por cada um desses blocos, trabalhando com os dois blocos de maneira independente, de acordo com a sua vontade. Eu acho que, inclusive, o BRICS tende a servir de ferramenta para tirar a ideologia das relações entre as nações. O BRICS não exige porcaria nenhuma de qualquer país para que faça negócio com ele. O BRICS não cobra seguir uma cartilha. O BRICS deixa você trabalhar com os Estados Unidos sem nenhum problema. Quer trabalhar com a França? Não tem problema. Quer trabalhar com o Reino Unido? Não tem problema. O BRICS não exige nada em termos ideológicos. Eu acho que aí está a beleza do BRICS.

3 Poderes Brasil: Uma coisa é a Rota da Seda da China, outra coisa é o BRICS. Podemos fazer essa distinção?

Pedro Paulo Rezende: Sim, podeseer feita essa distinção. A Nova Rota da Seda,

“Ninguém aguenta mais a insegurança do sistema financeiro comandado pelo Ocidente. Nesse momento, o sistema comandado pelo Ocidente tem 350 bilhões de dólares que pertencem à Rússia, que foram embargados em função da guerra em Donbass [região do conflito na Ucrânia]”

ou a iniciativa um cinturão e uma rota, uma estrada, é uma iniciativa do governo chinês. Agora, por meio do Novo Banco de Desenvolvimento, que é o banco do BRICS, virão investimentos extremamente interessantes, que são complementares, inclusive, à Nova Rota da Seda. Um deles é uma ferrovia que sai da Bahia e vai interligar o Brasil, as rotas ferroviárias da Bolívia e do Peru. Tem uma estrutura portuária imensa em construção no Peru, que vai se interligar da Bahia, onde vai ser criada também uma estrutura imensa

portuária. E a gente vai poder mandar os nossos produtos para o Pacífico com muito mais velocidade do que hoje. E os países do Pacífico poderão mandar seus produtos com muito mais velocidade para a Europa, África e Oriente Médio. E também a costa leste dos Estados Unidos. Nosso caso também, a costa oeste dos Estados Unidos. Ou seja, são iniciativas de infraestrutura que podem ser paralelas, mas sempre serão revolucionárias em termos de impacto econômico nos países beneficiados.

3 Poderes Brasil: Recentemente, uma autoridade de cúpula militar dos Estados Unidos alertou em tom de ameaça ao governo brasileiro para que o Brasil não entre na Rota da Seda da China. Como você analisa essa ameaça?

Pedro Paulo Rezende: Foi a comandante do Comando Militar do Sul dos Estados Unidos [quem fez a ameaça]. Ela não fala pelo Departamento de Estado. Tem esse ponto. Ela usou isso retoricamente, de como o Brasil poderia se aliar a um país autoritário e abrir mão de uma democracia como os Estados Unidos. Coisa meio imbecil. Não tem cabimento isso. A nova Rota da Seda não é uma iniciativa militar. É uma iniciativa econômica. Querer vincular isso, uma presença mili-



tar chinesa no Brasil, é uma coisa estúpida e típica de uma visão colonialista. Nós não somos mais colônia. Somos um país maduro, uma nação séria, que pode negociar com dois blocos diferentes sem nenhum problema.

E sobre o BRICS, é um bloco econômico que visa ao desenvolvimento de todas as nações associadas. O BRICS não é um bloco militar. Não vamos esperar confronto do BRICS com a OTAN. Isso não está nos planos e não vai ocorrer em nenhum momento do futuro. O BRICS é uma iniciativa pacífica que não exige nada em termos de associação imediata aos interesses dos países dirigentes do bloco. Não exige nada e oferece muito. E esse é o principal atrativo do BRICS.

3 Poderes Brasil: É a mudança do mundo mesmo?

Pedro Paulo Rezende: Sim. Você chega, tem um cara que vive te cobrando segurança, um miliciano que vive cobrando pela sua segurança na porta, não sei o que lá, e chega a polícia para te proteger. Esse novo sistema de pagamento do BRICS é exatamente para terminar a chantagem que o Ocidente impõe ao resto do mundo. Ou você faz do meu jeito ou você está ferrado. Não, eu não estou ferrado, eu vou ali no vizinho. O vizinho está me oferecendo condições ótimas. Eu lembro sempre uma vez que eu conversei com uma diplomata, o BRICS ainda não estava tão consolidado assim. Uma funcionária da embaixada angolana, eu estive em Angola, tenho uma paixão por aquilo lá, e ela disse, olha, quando nós terminamos a guerra em Angola, chegamos com um

“O BRICS não veio para substituir o FMI e o Banco Mundial. Não é para isso. O BRICS veio como uma alternativa aos sistemas de pagamento atual e como um grande criador de polos de desenvolvimento, por meio de iniciativas como a da China”

projeto de construção para a União Europeia. E a União Europeia, vamos dizer a verdade, apoiou o Jonas Savimbi, que era o adversário do atual regime que existe em Angola, nos disse que precisávamos melhorar as nossas relações em termos de direitos humanos. Angola deu anistia aos adversários do governo quando houve o acordo que foi firmado lá em Luanda. Deu total anistia para todos os que lutaram contra o governo. Permitiu que os adversários fossem para o parlamento. Eles estão lá lutando até hoje. E mesmo assim, a União Europeia queria continuar pegando o diamante do Jonas Savimbi, que era um cara extremamente sangrento. Chegou a matar três mil pessoas num trem que ia de Luanda para Benguela. Mas era o queridinho do Ocidente, o queridinho dos Estados Unidos e da União Europeia. Resumindo. Esse cara, inclusive, foi recebido pelo Reagan, como grande lutador pela democracia em Angola. Resumindo. A União Europeia negou os recur-

sos necessários para que Angola se reerguesse. No dia seguinte, chegou uma comitiva chinesa oferecendo recursos para a reconstrução de Angola a preços extremamente competitivos e juros baixíssimos. E o país se transformou num dos motores da África. Isso dá para ver como cada bloco trabalha. Um bloco com um monte de exigências, muitas vezes descabidas, e outro bloco que não cobra nada em termos ideológicos e que oferece muito. Muito interessante. É para mudar mesmo. O mundo está mudando e as pessoas começaram a ver que a China não quer impor o regime dela aos outros. É mais ou menos isso. A China tem uma coisa. A história chinesa é repleta de invasões estrangeiras e de revoluções. Talvez seja o país com a história mais conturbada. Tem uma história de cinco mil anos e é uma história conturbada. A China sofreu na pele os efeitos das guerras. Principalmente a Segunda Guerra Mundial. A China perdeu 20 milhões de habitantes. Talvez até mais. Porque a Segunda Guerra Mundial para a China começou em 1937 quando o Japão invadiu, saiu da Manchúria, que ela ocupava, e invadiu o resto da China. Talvez possa ter chegado perto de 40 milhões. A contabilização de mortos na época não era uma moda. Ela sabe o trabalho que dá reconstruir um país. O grande problema dos Estados Unidos é que eles não têm essa noção. A última vez que os Estados Unidos foram invadidos foi em 1812, quando abriu um conflito com a Grã-Bretanha. E a Grã-Bretanha invadiu o território americano e chegou até Washington. Colocou fogo em Washington. De lá para cá o território continental americano só sofreu uma agressão, que foi no 11 de setembro [de 2001]. Então os Estados Unidos não têm essa noção de que guerra não dá lucro. De que guerra é uma coisa problemática. Você precisa reconstruir o país depois da guerra. Os Estados Unidos lucraram na Primeira Guerra Mundial e lucraram na Segunda Guerra Mundial. Toda a prosperidade americana nas décadas de 1950 e 1960 foi derivada das vantagens que obteve na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. E a China tem essa noção de que você tentar o domínio militar é uma arma perigosa que pode se voltar contra você. Você vai pagar um preço alto por isso. Eu acho que isso está dentro da filosofia do BRICS. É necessário uma alternativa pacífica, não militar, não política e não ideológica para que o mundo volte a crescer. ■

Bolsa Família chega a 20,7 milhões de famílias

Valor médio de repasse é de R\$ 678,46. Em outubro, 400 mil novas famílias entraram no programa. Desse grupo, 62% têm crianças de até 12 anos

Da Ascom do MDS

O Bolsa Família contempla 20,73 milhões de famílias em outubro, em todos os 5.570 municípios do país, por meio de um investimento do Governo Federal que ultrapassa R\$ 14,03 bilhões. O valor médio do benefício neste mês é de R\$ 678,46. Se for considerado o número de pessoas, o Bolsa Família chega a 54,32 milhões de indivíduos em outubro, sendo 30% deles, ou 16,46 milhões, crianças de zero a 11 anos.

Neste mês, o Bolsa Família beneficia 400 mil novos domicílios, especialmente de famílias com crianças e adolescentes e grupos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas e pessoas em situação de rua.

Das 400 mil novas famílias que entraram, 371 mil (62%) têm crianças com até 12 anos, 86 mil têm adolescentes de 13 a 17 anos, enquanto 66 mil são de grupos populacionais tradicionais e específicos.

AUXÍLIO GÁS — Outubro também registra o pagamento do Auxílio Gás, no valor de R\$ 104, referente ao valor integral do botijão de 13 quilos de gás GLP. Voltado a pessoas em situação de maior vulnerabilidade social e pago a cada dois

meses, o benefício atende 5,52 milhões de famílias em todo o país por meio de um investimento federal de R\$ 574,6 milhões. Os pagamentos seguem o mesmo calendário do Bolsa Família.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Um dos destaques do Bolsa Família é o foco na proteção da infância e da adolescência. Em outubro, o programa alcança 25 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 17 anos com benefícios adicionais em todo o Brasil, resultado de um investimento federal de mais de R\$ 2,42 bilhões.

R\$ 150 — Dentro da cesta de benefícios estabelecida com a retomada do programa em 2023, 9,34 milhões de crianças de zero a seis anos que integram as famílias amparadas pelo Bolsa Família recebem neste mês o Benefício Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150. Para isso, serão investidos R\$ 1,31 bilhão em recursos federais.

R\$ 50 — Outras 12,34 milhões de crianças e adolescentes de sete a 16 anos incompletos recebem o Benefício Variável Familiar Criança. Somam-se a elas 3,3 milhões de adolescentes de 16 a 18 anos incompletos amparados pelo Benefício

Variável Familiar Adolescente. Ambos representam adicional de R\$ 50. O investimento em outubro para saldar os dois benefícios é de R\$ 711,4 milhões. Outros R\$ 79,8 milhões garantem um adicional de R\$ 50 a 1,27 milhão de gestantes e 422 mil nutrízes.

UNIFICADO — Neste mês, dentro das ações de enfrentamento a desastres, as 683.822 famílias dos 497 municípios do Rio Grande do Sul recebem o pagamento de forma unificada nesta sexta-feira, por meio de um repasse de R\$ 462,92 milhões. No estado, o benefício tem valor médio de R\$ 676,98. O mesmo procedimento será adotado em todos os municípios de Amazonas, Acre e Rondônia. Ao todo, mais de 1,74 milhão de famílias de 686 municípios em seis estados, receberam o pagamento unificado.

PERFIL — Como costuma ocorrer no programa de transferência de renda do Governo Federal, 83,4% dos responsáveis familiares são mulheres: 17,29 milhões. Na folha de pagamento de outubro, 1,12 milhão de pessoas pertencem a públicos prioritários, em razão de estarem em situação de maior vulnerabilidade. São 233,7 mil famílias com pessoas indígenas,



PROGRAMA BOLSA família

OUTUBRO 2024

20,73 MILHÕES

de famílias contempladas

54,3 MILHÕES

de pessoas beneficiadas

R\$ 14 BILHÕES

transferidos pelo Governo Federal

R\$ 678,46

é o valor médio do benefício

5.570

municípios atendidos

1,12 MILHÃO

de famílias com pessoas indígenas, quilombolas, catadores de materiais recicláveis ou pessoas em situação de rua contempladas



Famílias contempladas por UF

Acre	132.793
Alagoas	536.184
Amapá	122.914
Amazonas	655.376
Bahia	2.465.171
Ceará	1.458.406
Distrito Federal	177.024
Espírito Santo	307.692
Goias	502.349
Maranhão	1.228.595
Mato Grosso	253.139
Mato Grosso do Sul	206.457
Minas Gerais	1.584.563
Pará	1.351.702
Paraíba	669.136
Paraná	614.938
Pernambuco	1.582.695
Piauí	595.343
Rio de Janeiro	1.617.894
Rio Grande do Norte	500.474
Rio Grande do Sul	683.822
Rondônia	134.780
Roraima	80.623
Santa Catarina	234.921
São Paulo	2.504.614
Sergipe	378.250
Tocantins	156.887



265,8 mil com quilombolas, 391,9 mil com catadores de material reciclável e 231,9 mil com pessoas em situação de rua.

PROTEÇÃO — Outra criação da nova versão do Bolsa Família, a Regra de Proteção permite aos beneficiários permanecerem no programa por até dois anos mesmo depois de conseguirem emprego com carteira assinada ou aumento de renda. Nesse caso, a família recebe 50% do valor. Esse parâmetro atinge, em outubro, 2,88 milhões de famílias.

REGIÕES — No recorte por regiões, o Nordeste reúne o maior número de contemplados em outubro de 2024. São 9,41 milhões de beneficiários, a partir de um investimento de R\$ 6,36 bilhões. Na sequência aparece a região Sudeste (6,01 milhões de famílias e R\$ 3,99 bilhões em repasses), seguida pelo Norte (2,63 milhões de famílias e R\$ 1,88 bilhão em repasses), Sul (1,53 milhão de beneficiários e R\$ 1,02 bilhão em repasses) e Centro-Oeste (1,13 milhão de contemplados e R\$ 772,87 milhões em repasses).

ESTADOS — Na divisão por unidades federativas, o maior número de contem-

plados em outubro está em São Paulo. São 2,5 milhões de famílias beneficiárias no estado, a partir de um aporte federal de R\$ 1,66 bilhão. A Bahia aparece na sequência, com 2,46 milhões de contemplados. Em outros seis estados há mais de um milhão de integrantes do programa: Rio de Janeiro (1,61 milhão), Minas Gerais (1,58 milhão), Pernambuco (1,58 milhão), Ceará (1,45 milhão), Pará (1,35 milhão) e Maranhão (1,22 milhão).

VALOR MÉDIO — Roraima é o estado

com maior valor médio de repasse para os beneficiários: R\$ 755,52. O Amazonas, com R\$ 735,12, e o Amapá (R\$ 725,00) completam a lista das três maiores médias. Quando o recorte leva em conta os 5.570 municípios, o maior valor médio está em Uiramutã, município de 13,7 mil habitantes em Roraima, com 2.319 famílias atendidas pelo programa e tíquete médio de R\$ 1.012,99. Na sequência aparecem os municípios de Campinápolis (MT), com R\$ 936,31, e Jordão (AC), com R\$ 895,48.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social

Programa beneficia quase 25 milhões de estudantes

O programa Saúde na Escola tem como objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino da educação básica



Da Ascom do MS

O número de estudantes beneficiados pelo Programa Saúde na Escola (PSE) aumentou em 1,5 milhão no biênio 2023/2024 em comparação com 2021/2022, passando de 23,4 milhões para 24,9 milhões de alunos.

Criado pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o PSE tem como meta contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino de Jovens e Adultos), por meio de políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira que se unem para promover saúde e educação integral.

Em comparação com o biênio anterior, os números relativos a 2023/2024 cresceram nas três esferas do programa: municípios que aderiram, escolas pactuadas e educandos atendidos. Dos 5.570 municípios brasileiros, 5.164 aderiram ao PSE no biênio 2021/2022. O número saltou para 5.506 em 2023/2024, um crescimento de 6,62%. Já o número total de escolas pactuadas passou de 97.389 em 2021/2022 para 102.199 em 2023/2024.

MUNICÍPIOS – São Paulo foi o estado que apresentou o maior crescimento absoluto no número de municípios que aderiram ao programa, passando de 534 em 2021/2022 para 588 nesta gestão, com uma variação positiva de 10,11%. Mato Grosso do Sul, entretanto, teve um salto percentual maior, de 11,27%, e foi de 71 municípios em 2021/2022 para 79 em 2023/2024. Outro destaque foi o Espírito Santo, que passou de 72 para 78 municípios (8,33%).

ESCOLAS – Em relação ao número de escolas pactuadas no programa, o estado de Roraima foi o que apresentou a maior evolução no país. Em 2021/2022, Roraima tinha 290 escolas no âmbito do programa. Em 2023/2024 o número passou para 440, um aumento de 51,72%. Outras seis Unidades da Federação tiveram uma variação percentual acima de dois dígitos, com destaque para o Distrito Federal, que saltou de 365 para 505 escolas pactuadas (38,36%), e São Paulo, que saiu de 8.906 para 11.329 (27,21%).

ESTUDANTES – Em relação ao número de educandos atendidos, o Distrito Federal destaca-se nacional-

mente por incluir quase 50% a mais de alunos no programa entre os dois biênios, saindo de 198.602 em 2021/2022 para 293.715 (47,89%). Outro estado que obteve um salto expressivo foi o Espírito Santo, que apresentou 33,63% a mais de estudantes beneficiados, com 379.550 educandos em 2021/2022 contra 507.204 em 2023/2024. Em números absolutos, São Paulo lidera ao incluir 460.520 alunos entre os dois biênios. Eles somavam 2.711.002 em 2021/2022 e passaram para 3.171.761 em 2023/2024.

ARTICULAÇÃO – A articulação entre Escola e Atenção Primária à Saúde é a base do Programa Saúde na Escola. O PSE é uma estratégia de integração da saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras. Nesse sentido, o apoio dos gestores estaduais e municipais das áreas de educação e saúde torna-se fundamental. Trata-se de um processo intersetorial que busca melhorar a qualidade de vida dos educandos, reduzir a evasão escolar e a intermitência de frequência escolar por questões sociais individuais e coletivas, além de reforçar os compromissos e pactos estabelecidos por ambos os setores.



Número de alunos subiu de 23,4 milhões em 2021/2022 para 24,9 milhões nesta gestão. Programa tem como objetivo contribuir para o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino da educação básica.

PRIORIDADES – O PSE possui um grupo de escolas classificadas como prioritárias, sendo elas as escolas quilombolas, escolas indígenas, escolas em assentamentos, escolas rurais, escolas com educandos cumprindo medida socioeducativa, escolas nas quais mais de 50% dos educandos fazem parte de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e creches públicas e conveniadas ao poder público. Esses perfis são refletidos na lista de escolas aderidas, que deve conter no mínimo 50% de escolas prioritárias para se avançar na escolha das demais escolas participantes. Se for pactuado percentual menor que 50% de escolas prioritárias, a possibilidade de escolha das demais escolas que não estão no grupo prioritário será feita com o mesmo percentual. Ainda, o município ou o Distrito Federal deverá pactuar pelo menos uma creche ou pré-escola do território.

ADESÃO – A adesão é um processo de pactuação de compromissos a serem firmados entre os secretários municipais de saúde e educação com os Ministérios da Saúde e da Educação. O ciclo tem duração de dois anos. A adesão é realizada por meio do sistema e-Gestor AB, no qual os representantes municipais de saúde e educação e do Distrito Federal indicam quais serão as escolas participantes naquele período do ciclo por meio do Termo de Compromisso Municipal.

COMUNICABR – Os dados sobre o Programa Saúde na Escola e sobre outros programas sociais estão disponíveis no ComunicaBR, plataforma de transparência ativa do Governo Federal. Além de dados sobre o PSE, a atualização mais recente da plataforma traz dados de programas e iniciativas como o Pronampe, Novos mercados abertos para o Agro,

Saúde na Escola avança pelo Brasil

24,9 MILHÕES

de estudantes beneficiados em 2023/2024. Eles somavam 23,4 milhões em 2021/2022

102.199 ESCOLAS PACTUADAS

no biênio 2023/2024, contra 97.389 em 2021/2022

5.506 MUNICÍPIOS

adotaram o programa em 2023/2024. Em 2021/2022 eram 5.364

Estados com maior crescimento de municípios no programa

Matão Grosso do Sul

71 em 2021/2022
79 em 2023/2024
11,27% a mais

São Paulo

534 em 2021/2022
588 em 2023/2024
10,11% a mais

Espírito Santo

72 em 2021/2022
78 em 2023/2024
8,33% a mais



Maior crescimento de escolas pactuadas

Roraima

290 em 2021/2022
440 em 2023/2024
51,72% a mais

Distrito Federal

365 em 2021/2022
505 em 2023/2024
38,36% a mais

São Paulo

8.905 em 2021/2022
11.329 em 2023/2024
27,21% a mais



Maior crescimento de educandos atendidos

Distrito Federal

196.602 em 2021/2022
293.715 em 2023/2024
49,90% a mais

Espírito Santo

379.560 em 2021/2022
507.204 em 2023/2024
33,63% a mais

Santa Catarina

834.225 em 2021/2022
994.759 em 2023/2024
19,24% a mais



Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Saúde

SAMU, MOVER, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

O ComunicaBR foi criado em dezembro de 2023 com o objetivo de facilitar o acesso a dados por meio de uma interface simples e intuitiva, com informações atualizadas e contextualizadas, de forma ampla e democrática. Em constante atualização, o portal apresenta cartões informativos e relatórios com informações organizadas por eixos temáticos. Qualquer pessoa pode acessar, filtrar informações e baixar os conteúdos com recortes para estados e municípios, por exemplo. ■

IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO



Enis da Silva

Professora da Rede Estadual

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



*Resultado do IDEB Ensino Médio

EDUC
AÇÃO
10 anos



Governo de
Mato
Grosso

Com homenagem a Anísio Teixeira, Brasil chega à Lei 15.000

Para os senadores Castellar Neto e Laércio Oliveira, as leis refletem a dinâmica da sociedade

Da Agência Senado

O Brasil chegou no dia 16 de outubro à Lei Federal de número 15.000, que declara o educador Anísio Teixeira patrono da escola pública brasileira. A contagem atual das leis ordinárias foi iniciada após a Constituição de 1946, que restaurou a democracia e o Estado de Direito no país. Nesse período, foi editada uma média de uma nova lei a cada dois dias. Afinal, tantas leis produzidas atendem às demandas da nossa democracia?

Para o senador Castellar Neto (PP-MG), que é advogado e mestre em direito criminal, é difícil estabelecer comparações sobre a quantidade de leis de cada país, já que as nações têm peculiaridades com relação à forma como codificam suas normas.

Enquanto alguns países adotam tradições jurídicas baseadas principalmente em normas expressas (a chamada civil law, como ocorre no Brasil, em Portugal, na França e na Itália) outros se apoiam em costumes ou em precedentes judiciais (a common law, como é o caso de Reino Unido e Estados Unidos). Por essa razão, para ele, a quantidade de normas produzidas, por si só, não fornece elementos suficientes para avaliar outras realidades nem pode medir a qualidade da legislação.

“Esse número não nos assusta porque a sociedade é, de fato, um movimento fluido. Com o passar do tempo, a evolução social faz com que regras novas, em momentos novos, sejam implementadas. O legislador, como representante do povo, portan-

to, nada mais faz do que acompanhar a evolução social e traduzir essa evolução em novas normas. Por isso, temos um número expressivo [de leis] ao longo dos anos. Tenho certeza de que isso nada mais traz do que uma grande garantia para o cidadão brasileiro”, pontuou.

Da mesma forma, o senador Laércio Oliveira (PP-SE) destaca o papel das leis de representar algum anseio social, ainda que as normas não cumpridas causem impacto reduzido.

“Todas as leis focam o bem-estar da sociedade. Por quê? O nascedouro [das leis] é a representação legítima da sociedade que está dentro do Congresso Nacional. E essa representação está muito próxima do cotidiano de cada um”, disse Laércio, que é parlamentar desde 2007.



**Senador
Castellar Neto
(PP-MG)**



**Senador Laércio
Oliveira (PP-SE)**

“É preciso aprofundar a análise para ver quantas são, efetivamente, as leis no sentido material, uma vez que se observa um aumento significativo de leis que [tratam da] criação de datas comemorativas, denominação de logradouros públicos [como nome de estradas], concessão de denominações honoríficas, entre outros”

DE OLHOS ATENTOS

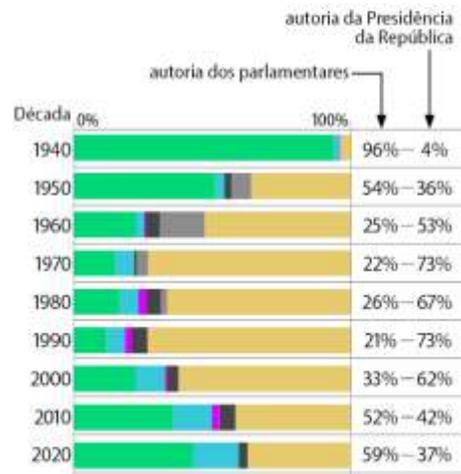
Membro do Congresso Nacional desde 1987, o senador Paulo Paim (PT-RS) ressalta que, no período democrático desde a Constituição de 1988, muitas leis beneficiam justamente a diversidade da sociedade brasileira. Ele citou o exemplo dos estatutos que foram resultados de propostas suas: o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003); o Estatuto da

Igualdade Racial (Lei 12.288, de 2010); e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015).

Mas o senador fez um alerta: é papel da sociedade estar atenta àquelas normas que, em vez de serem criadas para beneficiar a coletividade, têm o objetivo de atender “grupos seletos”. A participação na política, para ele, é uma das formas de realizar o controle da produção legislativa

Qual órgão propôs mais leis que acabaram sendo aprovadas?

A Presidência da República foi a campeã na autoria de leis ordinárias sancionadas: mais de 7.600 desde 1946. Mas a participação nas autorias muda ao longo das décadas, veja como:

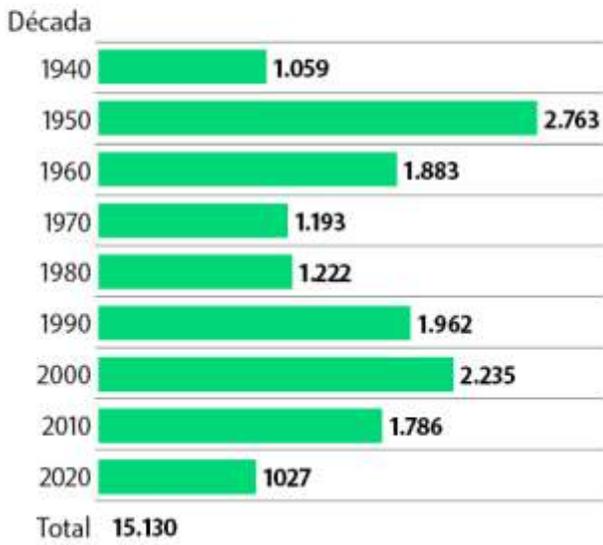


- Legenda**
- Câmara dos Deputados
 - Senado
 - Congresso Nacional
 - Outros (Judiciário, Ministério Público, etc.)
 - Não identificado
 - Presidência da República

Fonte: www.normas.leg.br

Quais décadas tiveram mais leis sancionadas?

A quantidade de novas leis ordinárias varia ao longo dos anos, desde o início da contagem na década de 40. Veja a evolução:



Quantas normas já entraram em vigor nos últimos 78 anos

Desde 1946, 33.370 leis, atos com força de lei, Constituições e suas alterações foram incluídas no mundo jurídico. Veja quais são:



Os dados incluem as normas que foram posteriormente revogadas. Os dados não consideram atos infralegais e normas complementares como Decretos, Portarias, Resoluções, Decretos Legislativos, etc. Dados de setembro de 2024.

Senador Paulo Paim (PT-RS)

pelos representantes eleitos.

“A participação na política é um ato que define os rumos da vida da população. A não participação, por outro lado, é exatamente o que um pequeno grupo deseja”, afirmou Paim à Agência Senado, citando também a frase atribuída a Bertolt Brecht: “O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos [como a produção das leis]. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas”.

IMPACTO REAL

Para o consultor do Senado Gilberto Guerzoni Filho, a produção de normas no Brasil “é bastante abundante” e há uma tendência de medir a produtividade do Legislativo sob essa ótica. Mas, para ele, é preciso olhar

além dos números para verificar quantas leis de fato inovam o mundo jurídico.

“É preciso aprofundar a análise para ver quantas são, efetivamente, as leis no sentido material, uma vez que se observa um aumento significativo de leis que [tratam da] criação de datas comemorativas, denominação de logradouros públicos [como nome de estradas], concessão de denominações honoríficas, entre outros”, enfatizou o consultor.

MUDANÇA DE PERFIL

No processo de produção das leis até chegar à Lei 15.000, o perfil dos autores da legislação foi mudando. A participação dos senadores na autoria de leis ordinárias, por exemplo, aumentou pelo menos 6,6 vezes nos últimos 80 anos. E desde a promulgação da Carta Magna, em 1988, senadores e deputados federais aumen-

tam ano a ano a quantidade de novas proposições que podem dar origem a leis.

As leis ordinárias são um dos vários tipos legais que atendem a propósitos diferentes e possuem características próprias. Entre 1946 e a sanção da Lei 15.000, foram 33.370 normas que entraram em vigor — considerando não só as leis ordinárias, mas também outras normas que devem ser votadas pelos parlamentares e os decretos-leis.

LEGISLAR E ORGANIZAR

Segundo o analista do Senado João Alberto de Oliveira Lima, as Casas parlamentares têm responsabilidade constitucional de organizar as normas e fomentar seu acesso ao público. É o que o Congresso Nacional faz de forma aberta desde 2022,

Lei 1: liberdades e gafanhotos

A **Lei 1, de 1946**, foi sancionada em outubro daquele ano, duas semanas após a promulgação da Constituição de 1946 — que selou o fim do período autoritário do Estado Novo (1937 a 1945), comandado por Getúlio Vargas.

Apesar do clima de otimismo na política, essa primeira lei veio para combater um cenário desolador na economia: naqueles dias, nuvens de gafanhotos causavam destruição em plantações no Sul do país. A lei liberava recursos para o combate à praga.

Lei 6.000: já era difícil se aposentar

No ano de 1973, contrapunham-se um acelerado crescimento econômico e uma ditadura militar prestes a completar uma década. Apesar das restrições de direitos, foi ao longo da década de 1970 que o sistema de aposentadorias foi unificado e profundamente reformado.

A **Lei 6.000, de 1973**, buscou pacificar entendimentos conflitantes sobre a aposentadoria de empregados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE). O caso serviu de parâmetro para a complicada previdência social da época.



Lei 10.000: o choro é livre

Leis com datas comemorativas sempre existiram no Brasil. No entanto, desde os anos 2000, produções do tipo explodiram. Mais de um quinto das leis que instituem dias especiais foram criadas entre 2022 e 2024.

A **Lei 10.000, de 2000**, sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, criou o Dia Nacional do Choro, celebrado em 23 de abril.

“Esse número [15 mil leis] não nos assusta porque a sociedade é, de fato, um movimento fluido. Com o passar do tempo, a evolução social faz com que regras novas, em momentos novos, sejam implementadas”

por meio do portal normas.leg.br, que contém leis produzidas desde 1880.

Líder do projeto que deu origem a esse portal, Lima lamenta que o trabalho de curadoria das normas seja muitas vezes esquecido pela “agenda política atual, que está mais preocupada com o último assunto publicado”.

“Temos várias leis ineficazes e exauridas que até hoje constam como vigentes, mas que poderiam ser expressamente revogadas. Há leis que não são aplicadas até hoje. É importante chamar a atenção para que o Congresso faça a curadoria do estoque de normas do país, tanto no sentido da consolidação como também da

revogação”, salientou Lima, que é especialista em informática legislativa.

A tarefa de consolidação — que é a integração de várias normas correlatas em uma nova lei — é uma exigência da Lei Complementar 95, de 1998. Desde 2003, o Senado e o Congresso já criaram cinco comissões com esse objetivo, mas nenhuma entregou resultados concretos. O colegiado mais recente, instituído por ato conjunto da Câmara e do Senado (ATN 1/2017), ainda não foi instalado.

Apesar disso, Lima considera que “o Congresso Nacional, com o nor-

mas.leg.br, é referência mundial” no tema da compilação de leis.

NÚMEROS E LETRAS

A Lei 15.000 é, na verdade, a 15.130ª lei ordinária. Isso ocorre porque, entre as décadas de 1940 e 1960, houve casos de leis que repetiram um número já utilizado, mesmo que o assunto tratado fosse outro. A repetição exigia o acréscimo de letras para distinguir as normas — como a Lei 1.785, de 1952, que foi sucedida pela Lei 1.785-A, depois pela Lei 1.785-B e assim sucessivamente. Foi o que aconteceu com 130 leis no período. ■

Diversidade de pontos de vista marca audiência pública sobre escolas cívico-militares no STF

Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo é questionado em duas ações no Supremo Tribunal Federal

Por **Paulo Roberto Netto**

O Supremo Tribunal Federal (STF) realizou, no dia 22 de outubro, a audiência pública que debateu o Programa Escola Cívico-Militar no Estado de São Paulo, convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator das ações que tramitam na Corte sobre o tema. Ao longo do dia, educadores, juristas, parlamentares, autoridades e representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil apresentaram informações ao Tribunal.

O objetivo do evento foi colher informações técnicas e especializadas para subsidiar os ministros no julgamento do caso. As mais de 30 exposições revelaram os variados pontos de vista sobre a matéria.

A questão é tratada nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7662 e 7675, apresentadas, respectivamente, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT) contra a lei paulista que institui o programa nas escolas públicas estaduais e municipais de educação básica.

Veja abaixo o resumo das exposições:

Lucas Sachsida, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais: afirmou que

as escolas cívico-militares ferem inúmeras regras da Constituição. Citou como exemplo o princípio da gestão democrática de ensino e o Plano Nacional de Educação. Para ele, as escolas devem ser construídas como ambientes plurais, de desconstrução de desigualdades.

Gabriele Bezerra, do Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública de São Paulo: ressaltou que a conversão de escolas para o modelo cívico-militar não consta dos planos nacionais ou estaduais de educação como meta ou estratégia de melhoria da qualidade de ensino.

Nágila Brandão, tenente-coronel e representante da Secretaria de Educação de Mato Grosso: afirmou que as escolas cívico-militares são mais um tipo de modalidade de ensino, como as escolas indígenas e quilombolas.

Elida Graziane Pinto, procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo: acredita que a lei complementar estadual sobre o programa de escola cívico-militares invade a competência privativa da União para definir o que é ou não despesa para a manutenção e o desenvolvimento do ensino.

Kelsen Tonelo, representante da Secretaria de Educação do Paraná: ressal-

tou que, entre os objetivos desse tipo de escola, está o de promover a responsabilidade, a autodisciplina, o respeito a normas e o patriotismo. E defendeu os impactos das escolas cívico-militares ao observar que trouxeram melhoria na frequência dos alunos, aumento de matrículas e avaliações positivas dos pais e responsáveis.

Simão Pedro, deputado estadual (PT-SP): para ele, atuação de militares nas escolas é tão estranha quanto a atuação de professores nos quartéis. Para ele, a educação é a formação para a autonomia, autorresponsabilidade e para a vida, enquanto o ensino militar se orienta para a simples obediência, supressão da vontade individual e se destina à guerra.

Matheus Coimbra, deputado estadual (PL-SP) e autor da lei da escola cívico-militar no estado: afirmou que esse tipo de ensino não é uma imposição, mas uma escolha da comunidade escolar. Acrescentou que esse modelo, presente hoje em 500 escolas no Brasil, tem aprovação de 70% dos usuários.

Denise Carreira, representante da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP): afirmou que pesquisas acadêmicas têm mapeado aspectos dos programas de escola cívico-militares





Fotos: Divulgação

“Não tenho dúvida de que se trata de questão jurídica de alta relevância e significação, pois envolve não apenas o direito à educação como também o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e reduzir as desigualdades sociais e regionais”

que ferem o direito à educação e demais direitos humanos. Relatou casos de perseguição a profissionais de educação e a estudantes que questionam a ordem militar e a censura a conteúdos críticos.

Guto Zacarias, deputado estadual (União-SP): disse que as escolas cívico-militares no Estado de São Paulo contam com aprovação da maioria de pais e professores, além de apresentar redução em eventos de violência física, ataques verbais, vandalismo, evasão e abandono escolar.

Professora Bebel, deputada estadual (PT-SP): afirmou que a escola é um local de persuasão, convencimento e educação, ambiente que não combina com a

presença de militares, e que é preciso investimento na educação pública de qualidade, formação e valorização dos profissionais de educação.

Salomão Barros, representante da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação: afirmou que nenhuma instituição de pesquisa em educação de referência no Brasil e no mundo defende a militarização das escolas como solução para a área. Para ele, o modelo não é aceitável do ponto de vista científico, pedagógico e da Constituição, e coloca o país na contramão mundial do que é o direito à educação.

Carlos Henrique de Campos, deputado estadual (PL-MG): segundo ele, a parti-

cipação militar na educação não é nova, começou no Império quando Dom Pedro II criou o Colégio Militar do Rio de Janeiro por decreto. Na sua avaliação, o modelo cívico-militar prioriza a disciplina, o patriotismo, o respeito ao professor e a qualidade de ensino.

Fábio Santos de Moraes, do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo: afirmou que o segmento militar na área educacional não vai melhorar a qualidade da educação, que necessita de professores com melhores condições de trabalho. Para ele, a lei que instituiu o modelo em São Paulo agride o ambiente educativo, que deve ser plural e democrático.

Gilson Passos de Oliveira, ex-diretor do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e consultor da Seduc/SP: disse que o programa não militariza, não é autoritário e não está pautado na hierarquia e na disciplina. Destacou que, de acordo com a LDB, as modalidades de ensino têm públicos, conteúdos e processos de ensino diferentes, como escolas indígenas, quilombolas, profissionalizantes e ensino à distância.

Flávio José Roman, da Advocacia-Geral da União: afirmou que a participação de militares na educação deve ser aprovada pelo Congresso Nacional, e não pela Assembleia Legislativa dos estados, e que o programa nacional de escolas cívico-militares foi revisto pelo governo federal em razão de incompatibilidades com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional da Educação.

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, pela Procuradoria-Geral da República: ressaltou que a liberdade de um estado para criar e oferecer serviços essenciais, como a educação, é garantida pelos princípios federativos da iniciativa e da autonomia.

Rodolfo de Carvalho Cabral, do Ministério da Educação: salientou que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional da Educação não preveem a inclusão dos militares na gestão e no suporte direto às atividades de educação básica. Edestacou que a Constituição não atribuiu aos militares a responsabilidade para implementar políticas públicas de educação.

Senador Izalci Lucas (PL-DF): segundo ele, a atuação de militares não gera interferência pedagógica, pois está relacionada à gestão das escolas. A seu ver, o



programa disciplina os alunos e melhora seu rendimento e seu comportamento.

Deputado federal Maurício do Vôlei (PL-MG): disse que o modelo educacional das escolas cívico-militares tem gerado resultados significativos e oferecido um ambiente de ensino seguro, disciplinado e comprometido com valores fundamentais da sociedade.

Deputado estadual Carlos Giannazi (PSOL-SP): argumentou que a lei paulista fere as regras constitucionais sobre educação e segurança pública e apresenta incoerências em relação à legislação educacional do país. Para ele, o programa afronta a igualdade de condições para acessar as escolas, o respeito à liberdade, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática da escola pública.

Miguel Novaes, representante do PT: sustentou que a realidade das escolas cívico-militares é marcada por uma estrutura de regras e punição, sem abertura ao diálogo ou à crítica. Para ele, a presença militar nas escolas limita a expressão individual dos alunos em aspectos como corte de cabelo e uso de acessórios e rou-

pas, priorizando a padronização em vez do conforto e da eficiência.

Vinícius Neiva, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: disse que o programa paulista tem compromisso com uma abordagem participativa, valoriza o direito de escolha dos pais e envolve a comunidade escolar no processo de adesão voluntária e democrática.

Deputada federal Luciene Cavalcante (PSOL/SP): para ela, o modelo de educação cívico-militar nasce e ganha força no país em um contexto de ataques sistemáticos à democracia. Para ela, esse modelo criminaliza os estudantes, especialmente os das camadas mais pobres da sociedade.

Miriam Fábia Alves, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: disse que o modelo ameaça a gestão democrática da escola e interfere na prática pedagógica, pois impede a deliberação coletiva, o diálogo e a participação que regulam a vida escolar.

Geovana Passos Duarte, da Associação Mineira de Inspectores Escolares: observou que a falta de discussão adequada para a implementação das escolas

cívico-militares em Minas Gerais impediu que as pessoas compreendessem, de fato, esse modelo.

Lígia Oliveira, pela da Associação Nacional de Juristas Pelos Direitos Humanos LGBTI: para ela, a Polícia Militar nas escolas é também uma forma de “polícia de gênero”, incompatível com a pluralidade dos espaços educacionais.

Sandro Torres Avelar, secretário de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal: informou que, das 10 escolas com melhores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, cinco são militares ou cívico-militares.

Catarina de Almeida Santos, do Centro de Estudos Educação e Sociedade e da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação: afirmou que, após a implementação do modelo, houve, em alguns casos, a descaracterização e a apropriação das escolas públicas civis, pois as unidades escolares passaram a ser chamadas de “escolas da polícia militar”.

Eliene Aparecida da Silva, secretária de Educação e Cultura de Buritis (MG): relatou as mudanças ocorridas em sua cidade após a implementação do modelo.



Entre os pontos discutidos estão a evolução do modelo das escolas militares e cívico-militares, distinção entre elas, os impactos financeiros e orçamentários na sua implementação e as diferenças nas dinâmicas pedagógicas das escolas convencionais, escolas militares e cívico-militares

Ela disse que o programa foi bem aceito pela comunidade escolar e aumentou a presença dos pais nas reuniões e da família na escola.

Fernando Cássio, da Rede Escola Pública e Universidade: disse que o programa pretende criar uma sub-rede de ensino que exclui estudantes mais vulneráveis. Para ele, não há diferença prática entre a militarização escolar e o processo de privatização que rompe com a universalidade do acesso e com a garantia de condições de permanência na escola pública.

Fernando de Araújo Pena, do Observatório Nacional da Violência contra Educadoras e Educadores: rebateu argumentos apresentados anteriormente, especialmente pelo representante do governo de São Paulo, de que as escolas cívico-militares teriam gestão democrática. “Quando uma escola se converte a esse modelo, ou você aceita ou sai. Isso não é democrático”.

Bárbara de Oliveira Lopes, da Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: disse que o modelo é incompatível com o papel social da escola de enfrentamento das desigualdades e de valorização das diversidades. Ela ressaltou que os jovens são titulares de direito e, por isso, é fundamental ouvir o que eles têm a dizer sobre a militarização.

Deborah Duprat, do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais: afirmou que a

educação é o espaço experimental da vida coletiva e tem como objetivo inicial o pleno desenvolvimento da pessoa. Segundo ela, as unidades cívico-militares inserem, no ambiente escolar, visões típicas da caserna, incompatíveis com a dimensão democrática do “aprender e ensinar”.

Douglas Grzebieluka, diretor do Colégio Cívico-Militar Professor Colares, de Ponta Grossa (PR): para ele, houve boa aceitação do modelo cívico-militar na cidade, e sua adoção resultou numa redução expressiva dos graves problemas de comportamento verificados na escola, como violência, bullying e indisciplina.

Ela Wiecko de Castilho, do Grupo Candango de Criminologia: para a jurista, militares da ativa e reformados podem desenvolver suas atividades de ensino no meio militar, mas não na educação básica, pública e gratuita. Em seu entendimento, alocar policiais em escolas para atividades de apoio, assessoramento, suporte e também para mediar conflitos é um flagrante desvio de finalidade do ensino.

Hamilton Harley, do Instituto Vladimir Herzog: afirmou que o debate de hoje é essencial para o futuro da educação pública no país. Na sua avaliação, a militarização de escolas públicas da periferia desvirtua os princípios básicos da educação nacional e aprofunda preconceitos e desigualdades, em vez de promover uma educação inclusiva, cidadã e democrática. ■

Paranaíba marca um século e meio de Justiça com nova vara judicial



Um dos momentos de maior destaque da sessão solene foi o anúncio da criação de mais uma Vara Judicial na comarca de Paranaíba

Da Ascom TJMS

A cidade de Paranaíba foi palco de uma Sessão Solene em comemoração aos 150 anos de instalação da comarca local, realizada no dia 18 de outubro, no Lions Clube. Durante o evento, que reuniu autoridades, desembargadores e cidadãos, destacou-se a entrega de uma nova vara judicial para a comarca.

A cerimônia teve início às 16 horas com a recepção dos convidados e a entrada dos desembargadores. Entre os presentes estavam o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, desembargador Sérgio Fernandes Martins, o corregedor-geral de justiça, desembargador Fernando Mauro Moreira Marinho, e a recém-eleita administração para o biênio 2025/2026, desembargadores Sideni Soncini Pimentel, Vladimir Abreu da Silva e Ruy Celso Barbosa Florence, entre outros.

A mesa diretora foi composta por importantes figuras políticas e jurídicas, tanto do município quanto do Estado, como o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel, e o prefeito de Paranaíba, Maycol Queiroz. Esse alinhamento de autoridades reafirmou o compromisso com a justiça e o desenvolvimento da comarca.

Para dar o tom comemorativo à sessão foi apresentado um vídeo de homenagem aos 150 anos da comarca, o qual faz um breve relato histórico e evidencia as melhorias realizadas nos últimos anos.

NOVA VARA JUDICIAL

Um dos momentos de maior destaque da cerimônia foi o anúncio da criação de mais uma Vara Judicial na comarca de Paranaíba. O presidente do TJMS, acompanhado pelo governador, entregou a Lei n. 6.318 ao prefeito Maycol Queiroz, à presidente da 6ª Subseção da OAB, Daniela Peres Carósio de Oliveira, e aos juízes da comarca. Essa iniciativa visa aprimorar o atendimento judiciário e busca suprir a crescente demanda da população.

HOMENAGENS E LANÇAMENTOS

Outro ponto alto da cerimônia foi a entrega, pelas mãos do presidente da Câmara Municipal, Edmar Pires da Silva Júnior, do título de Cidadão Honorário Paranaibense ao presidente Sérgio Fernandes Martins, ao Des. Sideni Soncini Pimentel e ao Des. Alexandre Bastos, pela contribuição significativa para a justiça na região. Além disso, a Casa de Leis, na figura de vários vereadores, também concedeu o título de Visitante Ilustre aos demais desembargadores presentes: Ruy Celso Barbosa Florence, Waldir Marques,

Fernando Mauro Moreira Marinho, Fernando Paes de Campos, Vladimir Abreu da Silva e Vilson Bertelli.

O evento contou ainda com a entrega do Colar do Mérito Judiciário ao governador Riedel, em reconhecimento aos serviços prestados ao Estado. Além disso, ocorreu o lançamento do livro “150 anos da criação da comarca de Paranaíba” e do símbolo comemorativo, reforçando a relevância histórica da comarca, os quais também foram entregues ao governador do estado e a outras autoridades presentes.

CÁPSULA DO TEMPO

Uma das inovações da cerimônia foi a apresentação da cápsula do tempo do Poder Judiciário. O presidente assinou no local a portaria que a institui como um projeto cultural do Poder Judiciário, e os convidados foram chamados a deixar mensagens para o futuro, que ficarão armazenadas na cápsula a ser reaberta apenas daqui a 50 anos, no aniversário dos 200 anos da comarca.

DECLARAÇÕES

Os pronunciamentos foram marcantes, com intervenções do presidente da Câmara, do prefeito de Paranaíba, do governador e do presidente do TJMS, que ressaltaram a importância da comarca para a história e o desenvolvimento da



“Se chegamos até aqui, entregando à sociedade um Poder Judiciário cada vez mais presente, inovador, tecnológico e atento à evolução da sociedade, foi porque 150 anos atrás nossos antepassados tiveram a coragem de se lançar aos desafios de promover a justiça”

região.

O presidente da Câmara Municipal, Edmar Pires da Silva Júnior, ressaltou o sentimento de orgulho e gratidão pelas comemorações dos 150 anos da comarca. “Sabemos que Paranaíba é a segunda comarca mais antiga do estado, então, só temos a agradecer ao Poder Judiciário e às pessoas envolvidas na realização dessas comemorações”.

O prefeito de Paranaíba, Maycol Queiroz, por sua vez, exaltou a agilidade do Poder Judiciário em sempre atender com agilidade as necessidades dos jurisdicionados paranaibenses. “Poderia ter sido um sonho que demoraria mais de 15 anos para ser realizado, mas foi concretizado muito rápido. Em menos de 100 dias, a 3ª Vara Cível de Paranaíba foi sonhada, pensada e aprovada, tudo graças ao presidente Sérgio Martins. A população de Paranaíba logo poderá ser beneficiada com esse incremento na Justiça realizado pelo Tribunal”.

Romão Ávila Milhan, procurador-geral do Ministério Público Estadual do MS, também mencionou a criação da nova vara judicial, reforçando o apoio a

todo o aparato de justiça que a atual administração do TJ sempre demonstrou. “Dessa forma, cumprimento pelo convite e pela iniciativa realizada aqui, semelhante ao que foi feito em Corumbá ainda este ano. Estamos todos voltados ao bem-fazer pela população sul-mato-grossense. Agora com a 3ª Vara Cível trabalharemos ainda mais da melhor forma possível para atender ao povo de Paranaíba”.

Para o governador Eduardo Riedel, o projeto cultural da cápsula do tempo é uma ação louvável do Tribunal de Justiça ao valorizar a história e, ao mesmo tempo, pensar no futuro. “O vídeo que o Tribunal preparou para nós dá a dimensão da riqueza histórica de Paranaíba que, nos últimos anos, tem um desenvolvimento cada vez mais presente. Essa cápsula do tempo vai guardar o retrato desse momento, dessa relação de respeito e convergência de prioridades que a gente tem visto entre os Poderes, construindo o Estado que a gente quer ver retratado daqui a 50 anos na abertura dessa cápsula. Que os cidadãos do futuro abram a cápsula com orgulho do futuro que foi erguido”.

O presidente do TJMS, desembarga-

dor Sérgio Fernandes Martins, honrou o passado de Paranaíba, mas também enfatizou que o Poder Judiciário veio à comarca para também garantir que o seu futuro seja cada vez melhor. “Se chegamos até aqui, entregando à sociedade um Poder Judiciário cada vez mais presente, inovador, tecnológico e atento à evolução da sociedade, foi porque 150 anos atrás nossos antepassados tiveram a coragem de se lançar aos desafios de promover a justiça”, disse o desembargador.

“Além de olhar para a história, o Poder Judiciário aqui vem para fazer frente aos desafios do presente, investindo, se modernizando e equipando para atender uma população cada vez mais crítica, ativa e que merece toda nossa eficiência”, complementou o presidente, referindo-se a todas as entregas feitas durante a agenda da manhã e tarde, especialmente a criação da 3ª Vara Cível.

ENCERRAMENTO

Uma ata da Sessão Solene comemorativa dos 150 anos, toda produzida em couro, foi assinada pelo presidente do TJ para ser inserida na Cápsula do Tempo, conduzindo a cerimônia para o seu fim.

O desembargador Sérgio Fernandes Martins convidou então as autoridades que compunham a mesa para uma foto oficial com a ata.

A sessão solene não apenas celebrou um marco histórico, mas também reforçou a importância da justiça e do compromisso das autoridades em promover um futuro mais justo e equitativo para todos os paranaibenses. ■

Cidade na Paraíba tem única mulher indígena eleita prefeita no Brasil

No Amazonas, São Gabriel da Cachoeira elege prefeito, vice-prefeita e 12 vereadores indígenas; em todo o país, só sete indígenas vão comandar prefeituras

Por **Oscar Valporto, do Colabora**

Entre sete indígenas eleitos para comandar prefeituras, apenas uma é mulher. Em Marcação, município no Litoral Norte da Paraíba, foi eleita a única prefeita indígena do país, a candidata Ninha (PSD), da etnia Potiguara, que teve 4.922 votos (76,79% dos válidos), derrotando Angélica Barreto (Republicanos), outra candidata indígena da mesma etnia. A população de Marcação tem a maior proporção de indígenas do estado (88%) e uma das 10 maiores do Brasil.

Ninha teve o apoio da atual prefeita, Lili, também indígena Potiguara, de quem foi secretária de Administração, e da família Ribeiro – o deputado federal Aguinaldo e a senadora Daniela, influentes na política local. “Meus avós, Severina e João Correia, já eram políticos, não por eleição, mas políticos de sangue, pela vontade que eles tinham de ver a cidade de Marcação crescendo. Eu sou muito grata a eles pela criação que nos deram, por essa ancestralidade Potiguara e indi-

gena, que também está no sangue”, afirmou, ao G1, Ninha, de 43 anos e formada em Pedagogia.

Além da prefeita, todos os nove vereadores eleitos na cidade de nove mil habitantes também são indígenas da etnia Potiguara: são cinco homens e quatro mulheres – Rafa de Camurupim, Nino de Tramataia, Kelly Bernardo, Avenys Soares, Lourdes, Josa de Camurupim, Pituca de Tramataia, Gil e De Condado. Os dados do TSE mostram que, além dos sete prefeitos, 214 indígenas se elegeram vereadores em todo o país: 180 homens e 34 mulheres.

Ainda no Nordeste, o Cacique Marcos Xukuru (Republicanos) venceu a eleição no município pernambucano de Pesqueira. O cacique da etnia Xukuru já havia sido eleito para o mesmo cargo em 2020, mas sua candidatura foi impugnada por uma condenação por dano ao patrimônio em 2003. No ano passado, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a condenação do Cacique Marcos e reconheceu erro jurídico no processo

que impediu sua posse como prefeito. A liderança Xuruku teve 19.613 votos, 51,15% dos válidos, no município do Agreste pernambucano.

Duas cidades mineiras também elegeram prefeitos indígenas, ambos da etnia Xacriabá. Em São João das Missões, no norte de Minas, Jair Xakriabá (Republicanos) foi reeleito com 4.517 votos, 56,65% dos válidos – ele mora com a família na reserva indígena Xakriabá. De acordo com o Censo 2022, a população indígena em São João das Missões é de 10.398, quase 80% do total de habitantes da cidade. Dos nove vereadores eleitos no município, seis também são do povo Xakriabá. No vizinho município de Manga, a vitória foi do petista Anastácio Guedes, também Xakriabá e reeleito – ele teve 4.904 votos, 40,62% dos votos válidos (eram quatro candidatos na disputa).

PREFEITO, VICE-PREFEITA E 12 VEREADORES INDÍGENAS

Até a divulgação do resultado do Censo 2022, São Gabriel da Cachoeira,

Fotos: Divulgação





A futura prefeita Ninha (ao centro) – Única mulher indígena eleita em 2024 para o Executivo municipal e parte da bancada indígena na Câmara Municipal de Marcação, na Paraíba: no país, foram eleitos sete indígenas para prefeito e 214 para os legislativos municipais

Dois cidades mineiras elegeram prefeitos indígenas, ambos da etnia Xacriabá. A população indígena em São João das Missões é de 10.398, quase 80% do total de habitantes. Lá, dos nove vereadores eleitos, seis também são Xacriabá. Em Manga, município vizinho, Anastácio Guedes, também Xacriabá, foi reeleito com 4.904 votos, 40,62% dos votos válidos

no norte do Amazonas (a 856 km de Manaus, na fronteira com Colômbia e Venezuela), era considerado o “município mais indígena do Brasil”: mais de 90% de sua população era indígena, de 23 etnias diferentes. O Censo constatou que a cidade tem 48 mil habitantes indígenas – menos, em números absolutos, do que Manaus, onde se declaram indígenas 71 mil moradores da capital amazonense. E São Gabriel da Cachoeira também não é o município mais indígena percentualmente: pelo Censo 2022, a cidade tem 92,7% da população declarada indígena, índice menor que Uiramutã (96,60%), em Roraima, e Santa Isabel do Rio Negro (96,17%), também no Amazonas.

Mas São Gabriel da Cachoeira pode se orgulhar de ser o município com a maior representação política indígena: são 14 indígenas eleitos em 2024: o novo prefeito Egmar Curubinha, a vice-prefeita reeleita Eliane Falcão e 12 dos 13 vereadores eleitos na cidade. Apesar de o

Amazonas ser o estado com maior população indígena (quase 491 mil pessoas), São Gabriel da Cachoeira foi o único dos 62 municípios do estado a eleger um prefeito indígena. Egmar Curubinha (PT) – da etnia tariana, 25 anos, técnico em computação – recebeu 47,15% dos votos e teve o apoio do tio Clóvis Curubão, que está completando oito anos de mandato à frente da prefeitura após ser eleito e reeleito. Curubinha derrotou cinco adversários, quatro deles também indígenas – o segundo colocado foi o único postulante ao cargo não indígena, Claudio Pontes.

Para a Câmara Municipal, foram eleitos sete vereadores da etnia baré: Messias Donato (PT), Jaelson Caboclo Índio (PT), Dieck Diógenes (Rede), Raíone Nascimento (Republicanos), Rosa Motta (PT), Dra. Suely (Podemos) e Dudu da Praia (MDB). Completam a bancada indígena dois representantes dos Yanomami – Armino Goes (Podemos) e Anderson Yanomami (PSD) -, Nelson



O prefeito eleito de São Gabriel da Cachoeira, Egmar Curubinha, e a vice-prefeita reeleita Eliane Falcão em evento de campanha: município com mais de 90% de população indígena elegeu 12 vereadores indígenas de quatro etnias

São Gabriel da Cachoeira, no norte do Amazonas, era considerado o “município mais indígena do Brasil”: mais de 90% de sua população era indígena, de 23 etnias diferentes. A cidade tem 48 mil habitantes indígenas - menos, em números absolutos, do que Manaus, onde se declaram indígenas 71 mil moradores da capital amazonense



Thomé (PT), do povo Baniwa, Everton da Rio Negro (MDB), Tukano, e Jackeline Vieira (Rede), que se declarou indígena, mas não informou a etnia.

O jovem prefeito eleito petista teve como slogan de campanha 'O trabalho tem que continuar', defendendo o legado do tio Curubão e reforçando o compromisso de avançar “na conquista e promoção de mais direitos para nossas 23 etnias”. A campanha de Egmar priorizou propostas na área de educação – informatização do sistema de matrícula escolar, valorização

das línguas indígenas e expansão do ensino técnico – e de saúde, como a expansão do atendimento especializado e o fortalecimento da saúde indígena em parcerias com a Secretaria Estadual de Saúde e o SUS.

Cidade brasileira com maior porcentagem de moradores indígenas, Uiramutã, em Roraima, também elegeu – na verdade, reelegeu – um prefeito indígena: Tuxaua Benísio (Rede), da etnia Makuxí, teve 4.214 votos (59,66% dos

válidos) contra 2.849 votos (40,34%) de seu único adversário, Abraão Oliveira (PDT). Dos nove vereadores eleitos no município no norte do estado, seis também são indígenas – cinco da etnia Mukuxí como o prefeito e Menosso Ingaricó, da etnia Ingaricó. Também em Roraima, o município de Normandia também reelegeu um prefeito da etnia Mukuxí, o advogado conhecido como Doutor Raposo (PP), que teve 5.036 votos (61,77% do total).



Você sabe como funciona o
CONTROLE DE ACESSO?

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br